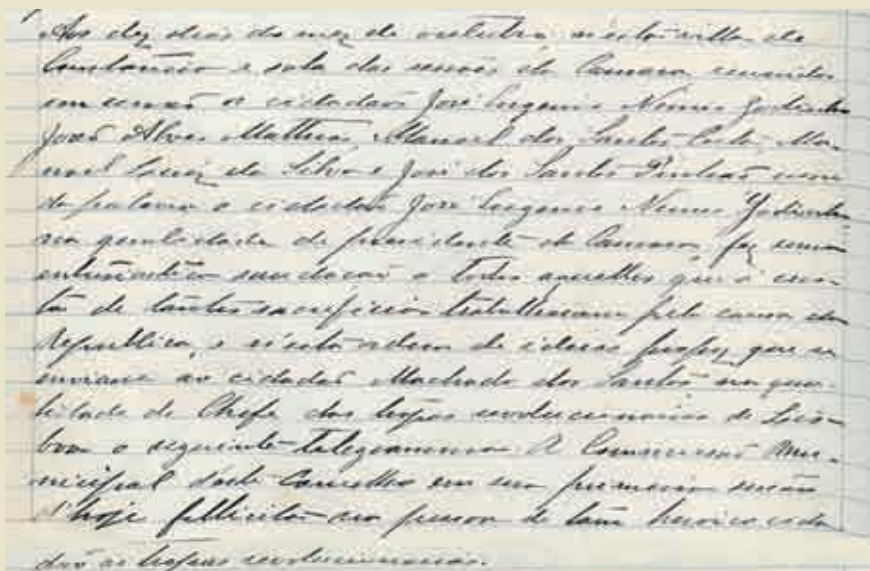


A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM CONSTÂNCIA

António Matias Coelho | Historiador, Assessor Cultural da Câmara Municipal

A notícia da implantação da República foi acolhida em Constância com grande entusiasmo. Terra de fortes simpatias republicanas, como era em geral o Vale do Tejo, o concelho dispunha de um Centro Republicano activo e, nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, em resultado das eleições realizadas dois anos antes, o município já tinha duas freguesias dirigidas por republicanos e dois vereadores republicanos na Câmara Municipal. Foi, pois, com grande alegria e muita esperança que Constância acolheu o novo regime, acreditando, como aconteceu pelo país, que ele havia de resolver todos os problemas – e muitos eram – com que Portugal e os portugueses então se confrontavam.



Excerto do auto de posse da primeira Câmara Municipal republicana de Constância - 10 de Outubro de 1910

Coube a Manuel dos Santos Costa, comerciante na vila e activista republicano, a honrosa tarefa de anunciar ao povo que a velha monarquia de Bragança já não mandava em Portugal e que a ansiada República tinha finalmente chegado. Fê-lo da varanda do edifício dos Paços do Concelho, que dava para a Praça onde a gente se juntava, como fizera José Relvas da Câmara da capital.

Ao tempo, não dispondo de edifício próprio, a Câmara de Constância funcionava numa casa de renda que já tinha sido de habitação e servira como escola: a actual Casa João Chagas. Foi da sua varanda, no primeiro andar, que Manuel dos Santos Costa, no próprio dia 5 de Outubro, deu a boa nova aos constancienses, pronunciando um vigoroso *Viva a República!* que foi acolhido com júbilo¹.

Era uma quarta-feira. Na segunda-feira seguinte, dia 10, teve lugar o acto de posse da nova Câmara Municipal. Nesse sentido, compareceram nos Paços do Concelho

a Comissão Municipal Republicana e os membros da anterior Câmara «filiados no actual regime». A primeira Câmara republicana de Constância era constituída por José Eugénio Nunes Godinho² – eleito presidente pelos seus pares –, João Alves Mathias, Manuel dos Santos Costa, Manuel Luís da Silva e José dos Santos Pinhão, tendo os dois últimos integrado, em representação do Partido Republicano Português, a derradeira Câmara do tempo da monarquia. A posse foi conferida pelo administrador interino do concelho, João Soares Esteves, certamente republicano também.

O primeiro acto do novo presidente da Câmara, José Eugénio Nunes Godinho, foi fazer «*uma entusiástica saudação a todos aqueles que, à custa de tantos sacrifícios, trabalharam pela causa da República*», propondo que «*se enviasse ao cidadão Machado dos Santos, na qualidade de chefe das tropas revolucionárias de Lisboa, o seguinte telegrama:*

A Comissão Municipal deste Concelho, em sua primeira sessão de hoje, felicita na pessoa de tão heróico cidadão as tropas revolucionárias».

Terminada a leitura do telegrama, como refere a acta, «foram levantados entusiásticos vivas à República Portuguesa, à Pátria e a todos os vultos em evidência da República»³, sendo em seguida encerrada a sessão e marcada nova para o sábado seguinte, dia 15 de Outubro.

Nesta segunda sessão da Câmara, extraordinária, foi aprovado um voto de sentimento «pelas vítimas da revolução, distinguindo os nomes heróicos do talentoso homem de ciência que se chamou Miguel Bombarda e do valoroso militar que se chamava Cândido dos Reis»⁴. O primeiro, médico psiquiatra, fora assassinado dois dias antes do 5 de Outubro por um doente mental do Hospital de Rilhafoles, do qual era director. O almirante Reis, que tinha preparado o movimento militar revolucionário, julgando erradamente que ele iria fracassar, suicidou-se às primeiras horas da revolta, não tendo assistido ao seu triunfo. Ambos tiveram funeral conjunto no dia 6 de Outubro. Ao invocar a sua memória, o município de Constância prestava homenagem não apenas aos dois malogrados republicanos mas também aos que cada um deles representava: os políticos e os militares que implantaram a República em Portugal.

Foi também nesta sessão extraordinária da primeira Câmara republicana que se procedeu à distribuição entre os seus membros dos diversos pelouros, bem menos e menos complexos do que são hoje. Assim, Manuel Luís da Silva, que era vice-presidente, tinha a responsabilidade pela iluminação e pela limpeza pública; ao vereador Manuel dos Santos Costa competiam as barcas, as fontes e o cemitério; João Alves Mathias ocupava-se das obras e das estradas e a José dos Santos Pinhão foram confiados os pelouros do açougue e do matadouro. O presidente José Eugénio Nunes Godinho, por seu lado, tinha a cargo os «restantes pelouros», não identificados, e o sector em que a República mais apostava para se afirmar como regime e para desenvolver o país: a instrução.

Do entusiasmo à desilusão

A escolarização da população, o combate ao imenso analfabetismo e a elevação do nível cultural do povo foram apostas decisivas da 1.ª República, a nível nacional, e dos dirigentes políticos locais em Constância também. Até então, embora se deva reconhecer o esforço que a Monarquia fez para promover o ensino público, o panorama era desolador: a grande maioria das crianças, em especial das raparigas, continuava a não ir à escola e, à excepção da Escola Adães Bermudes, em Montalvo, inaugurada em 1904, todas as classes do concelho funcionavam em casas de renda, sem condições e pouco adequadas à função de ensinar e aprender. Foi especialmente neste aspecto que os republicanos de Constância apostaram, mal o regime foi implantado. E a construção da Escola da vila – o edifício onde agora funciona a Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill –, erigida em grande parte com dinheiro reunido localmente, transformar-se-ia num dos símbolos dos



Casa João Chagas – da sua varanda foi proclamada a República aos constancienses

tempos da 1.ª República no concelho⁵. E um orgulho para a comunidade que com grande entusiasmo a ergueu.

Mas esse entusiasmo foi esmorecendo com o tempo. As divisões entre os partidos republicanos a nível nacional, a inacreditável instabilidade política e governativa, o descalabro financeiro, a inflação incontável, a constante perda de poder de compra das classes trabalhadoras que constituíam a base social de apoio do regime, as falências e o desemprego, as manifestações e as greves que paralisavam a economia, a Grande Guerra e a nossa participação nela, os racionamentos de bens alimentares básicos, a pneumónica que ceifou milhares de vidas e deixou muitas casas vazias, as intrigas, os golpes e os atentados, os apelos insistentes ao aparecimento de uma figura forte e providencial que pusesse ordem no país – tudo isto junto foi fazendo o povo descreer na República, ou melhor, naquela República. E o regime caiu, em 28 de Maio de 1926, ao cabo de escassos 16 anos, quando o general Gomes da Costa, depois de uma marcha triunfal de Braga até Lisboa, tomou o poder e instaurou uma ditadura militar. Salazar chegaria pouco tempo depois.

No próximo número: As alterações na toponímia

Notas

¹ Cf. o livro do autor *Histórias do Património do Concelho de Constância*, Câmara Municipal de Constância, Constância, 1999, p. 82.

² José Eugénio Nunes Godinho, proprietário agrícola, tinha já experiência autárquica anterior: fora vice-presidente da Câmara em 1898/1901 e presidente em 1902/1904 e em 1905/1907. Viveu a fase final da sua vida na grande casa que construiu, em 1894, para residência da família, que continua a ser um dos maiores edifícios de Constância, em frente aos Correios. Era pai do médico Dr. José Eugénio de Campos Godinho. Faleceu em 1915.

³ *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Constância*, Auto de Posse de 10 de Outubro de 1910, fls. 28 v. – 29.

⁴ *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Constância*, Sessão extraordinária de 15 de Outubro de 1910, fls. 29 v.

⁵ Sobre a história deste edifício, cf. o livro do autor *Histórias do Património do Concelho de Constância*, op. cit., p. 86/88.